

A Necessidade de um Oficial de Assuntos Políticos no Estado-Maior da Brigada

Maj Adam Scher, Exército dos EUA

Em junho de 2015, a realização de *briefings* matinais de atualização era praxe no posto de comando da 3ª Brigada de Combate (*Brigade Combat Team — BCT*) da 82ª Divisão Aeroterrestre, em Bagdá. Certa manhã, naquele mesmo mês, aconteceu algo diferente: foi a primeira vez que um integrante do estado-maior foi incumbido de apresentar comentários e uma análise sobre as decisões de cunho político ou relacionadas a políticas públicas por parte de governos regionais, de parceiros da coalizão e do governo iraquiano. Em virtude de meu cargo como professor assistente de Política, Políticas Públicas e Estratégia dos Estados Unidos da América (EUA) na Academia Militar de West Point, o Cel Curtis Buzzard, Comandante da 3ª BCT, quis que eu ajudasse a explicar como a eleição nacional de 07 de junho na Turquia poderia influenciar nossa parceria com o Comando de Operações de Ninawa, do Exército do Iraque, e o planejamento operacional para liberar Mossul.

Não foi a primeira vez que um comandante de brigada me incumbiu de desempenhar essa função. Em 2008, ao servir na 101ª Divisão Aeroterrestre (Assalto Aéreo) em Youssifiyah, no Iraque, o Cel Dominic Caracilo me encarregou de estudar o processo político iraquiano; interagir com funcionários-chave do Departamento de Estado dos EUA; encontrar-me regularmente com líderes políticos locais; atuar como defensor dos interesses da população iraquiana; e assessorá-lo com respeito ao cenário político nas áreas

de operações e interesse¹. Sete anos depois, ofereci-me voluntariamente para passar o verão junto à 3ª BCT, por acreditar que a composição dos estados-maiores de brigada não levava em consideração a diferença entre suas necessidades operacionais em evolução e a estrutura e responsabilidades de seus integrantes. Trabalhei junto à 3ª BCT durante aquele verão porque, como todas as demais BCT do Exército dos EUA, ela não contava, no nível da brigada, com nenhum oficial encarregado de analisar o cenário político e as políticas governamentais da região designada e tampouco com um funcionário do serviço de relações exteriores incorporado em suas unidades.

Durante discussões no Iraque com outras pessoas no estado-maior da brigada, batalhões subordinados e nosso comando superior, ficou evidente que não dispúnhamos de um procedimento ou indivíduo definidos para nos ajudar a interpretar as decisões políticas do governo iraquiano; explorar as políticas internas dos parceiros e adversários regionais; ou até mesmo entender as diferenças entre as autoridades e funções da força-tarefa conjunta e combinada definidas na lei que descreve o papel das Forças Armadas dos EUA (*Title 10, U.S. Code*) e as funções estipuladas na legislação sobre a área de relações exteriores (*Title 22, U.S. Code*) para o Escritório de Cooperação em Segurança (*Office of Security Cooperation*) em operação no Iraque desde 2011². Essa falta de entendimento reduziu nossa capacidade de construir parcerias e prestar assessoramento



e assistência quando nossos equivalentes faziam perguntas sobre dinâmicas regionais ou questões globais das quais não tínhamos conhecimento ou alguma compreensão. A estrutura do estado-maior da BCT limitava nossa capacidade para entender plenamente nosso ambiente operacional e empregar o poder de combate da melhor forma possível.

Essa deficiência também destacou o aparente começo do que passou a ser uma reclamação recorrente sobre oficiais superiores e comandantes mais antigos: a de que o “melhor assessoramento militar” que eles fornecem é frequentemente bom no nível tático, mas estratégica e politicamente mal embasado. Conforme observado pelo General James Cartwright, ex-Subchefe da Junta de Chefes de Estado-Maior:

Nós nos esquecemos de que os demais elementos do poder nacional serão integrados no objetivo nos mais altos escalões do governo. Não lembramos que o emprego da força é uma decisão política — parte de uma estratégia mais ampla — e que o estado final não será a introdução política da força; será um acordo político. Ou seja, a razão principal para a intervenção militar é facilitar a consecução de objetivos políticos³.

A Publicação de Referência Doutrinária do Exército 5-0, *O Processo de Operações* (ADRP 5-0, *The Operations Process*) [comparar com o EB-MC-10.211 *Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres* — N. do T.], indica que os comandantes e estados-maiores devem considerar as variáveis operacionais — política, militar, econômica, social, informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo [conferir o mnemônico PMESII-AT, utilizado no Exército Brasileiro — N. do T.] — ao conduzirem a análise e o planejamento, afirmando: “As variáveis operacionais são *fundamentais* [grifo do autor] para desenvolver um entendimento abrangente de um ambiente operacional”⁴. Só a consideração das variáveis operacionais política e social pode exigir que os estados-maiores avaliem

Integrante da 3ª BCT atua como intérprete para o Maj Adam Scher, oficial político e de desenvolvimento das Forças de Segurança do Iraque para a Brigada, e o oficial iraquiano encarregado da integração das forças de mobilização populares para o Comando de Operações de Ninawa, ao discutirem o efeito da eleição na Turquia sobre o processo de planejamento para a libertação de Mossul, 27 Jul 15. (Foto de James Polk, Exército dos EUA)

até 17 subvariáveis diferentes⁵. Os comandantes e estados-maiores no nível tático estão, em sua maioria, simplesmente sobrecarregados demais com tarefas para poder adquirir a amplitude e profundidade de conhecimentos necessários para formular planos operacionalmente sólidos em um ambiente político extraordinariamente complexo. A criação de um posto nos quadros de organização e dotação modificados para um oficial de Assuntos Políticos nos estados-maiores das brigadas poderia resolver esse problema ao designar oficiais versados nas complexidades políticas, sociais e econômicas de seu ambiente operacional para as BCT⁶. [Vale observar que, neste artigo, “Assuntos Políticos” corresponde a “politics-and-policy”, que abarca a análise tanto do panorama político quanto das políticas governamentais — N. do T.]

Alguns talvez argumentem que já existem oficiais de Inteligência (S-2), de Assuntos Civis (S-9) e especialistas na área de serviço exterior em nossas unidades, os quais podem ou devem cumprir essa missão. Embora possa preparar uma análise dos eventos que levaram ao conflito antes de um desdobramento — a qual normalmente abrange a região circundante, as partes envolvidas e outras influências importantes — o oficial de Inteligência tático se concentra no inimigo. As necessidades diárias de Inteligência no nível da BCT não deixam muito tempo para examinar o ambiente estratégico mais amplo ou as forças de segurança da nação anfitriã. Da mesma forma, o oficial de Assuntos Civis normalmente se concentra no desenvolvimento de infraestrutura, e o oficial de operações (S-3) se dedica a planejar as operações, avaliar acidentes capitais e coordenar com as demais funções de combate na brigada. Não há nenhum oficial do Quadro das Áreas Funcionais — sejam especialistas na área de serviço exterior, estrategistas ou oficiais de Inteligência estratégica — designado para o nível de brigada. Como é provável que se continue a dar ênfase a parcerias entre unidades convencionais do Exército dos EUA e seus equivalentes na nação anfitriã, a Força não pode mais aceitar essa deficiência no estado-maior da brigada. Sem um oficial de Assuntos Políticos devidamente treinado e provido de recursos, somente em raros casos um comandante conseguirá obter as informações essenciais ao redirecionar um de seus oficiais ou determinar que um integrante do estado-maior examine tais questões em lugar, ou além, de suas tarefas essenciais de missão.



O oficial de Assuntos Políticos não precisa ter uma Área Funcional própria que o obrigue a sair da progressão de carreira em operações e comando, como é o caso das especialidades de estrategista, aquisições ou especialista em área de serviço exterior. Em vez disso, poderia ser uma “especialização” que consista em instrução formal e o emprego em uma missão definida (conforme o país ou região de emprego). A seleção precisa ser competitiva e por nomeação, e a formação educacional precisa consistir em cursos formais de mestrado em Relações Internacionais, Política Externa, Administração Pública, Finanças e Negócios ou Estudos Regionais, com disciplinas em Economia e Políticas Públicas. A carreira dos oficiais que adquirirem essa especialização devem ser administradas de modo semelhante aos que concluem a School of Advanced Military Studies (curso de planejamento estratégico-operacional conjunto e combinado do Exército dos EUA).

Considerando a redução prevista para um total de 30 BCT até o ano fiscal de 2017, o Exército dos EUA só precisaria alocar entre um mínimo de 60 e um máximo

Especialista britânica no Oriente Médio serviu, inicialmente como assessora política do Comandante da 173ª Brigada Aeroterrestre em Kirkuk, no Iraque, durante 2003-2004. Afeiçãoou-se tanto aos integrantes da Brigada que, ao que consta, “chorou desconsoladamente a tarde inteira” quando eles foram desmobilizados no início de 2004. Em 2006, o Gen Raymond Odierno, que havia sido seu Comandante de Divisão, convidou-a para ser sua assessora política ao ser nomeado subcomandante norte-americano no Iraque. Ela serviu nessa função em 2006–2008 e em 2008–2010, quando ele retornou como principal comandante no Iraque. (Foto do 2º Sgt Curt Cashour, Exército dos EUA)

de 90 oficiais a esse programa anualmente⁷. Para alocar um oficial de Assuntos Políticos por BCT, seriam necessários 30 oficiais, com mais 30 já se preparando em um curso de pós-graduação com duração de um ano, a fim de substituírem os anteriores após o período de 12 meses de missão. Se o Exército dos EUA quiser que eles concluam um curso de pós-graduação de dois anos, seriam necessários mais 30 oficiais.

Ainda há a questão de como reinserir esses oficiais nas devidas progressões de carreira e comando. O Pentágono já vem implementando reformas de pessoal que ampliarão as oportunidades para que oficiais

cursem instituições civis de pós-graduação. Essas propostas educacionais são um importante componente da iniciativa do [então] Secretário de Defesa Ashton Carter para reformar o sistema de pessoal militar. Segundo a publicação *Military Times*, o “novo conjunto de reformas incluirá novos marcos de desempenho, destinados a incentivar os oficiais a cursarem escolas de pós-graduação do segmento civil e participar de outras ‘oportunidades de diversificação de experiência’ que envolvam passar algum tempo fora da restrita comunidade militar”⁸. O posto de oficial de Assuntos Políticos poderia ser um componente necessário para institucionalizar melhorias já existentes no ensino militar e fornecer melhores capacidades à BCT sem acarretar novos e dispendiosos investimentos além das atuais reformas no sistema de pessoal.

As BCT desdobradas poderiam beneficiar-se imediatamente da incorporação de um oficial de Assuntos Políticos. Na época em que servi junto à 3ª BCT, ficou claro que as distintas missões da Brigada — de capacitar parceiros, adestrar e equipar a força de segurança de uma nação anfitriã e assessorar e assistir os líderes políticos e militares da nação anfitriã — tinham, às vezes, fins estratégicos conflitantes. Em alguns casos, nossos esforços para equipar e adestrar os curdos prejudicaram nossos esforços para assessorar e assistir o governo em Bagdá. Em um nível ainda mais específico, nossa parceria com unidades empenhadas na defesa de Bagdá muitas vezes tirou tempo e espaço de adestramento que teriam sido dedicados a unidades parceiras da nação anfitriã designadas para liberar áreas ao norte e oeste da capital. Considerando que não havia uma seção do estado-maior de brigada cuja principal atribuição fosse assessorar o comandante no processamento ou priorização de indicadores conflitantes de desempenho e efetividade nos níveis tático e estratégico, coube ao Comando da Brigada gerar soluções criativas.

A Brigada adaptou sua estrutura para a missão e estabeleceu uma célula de assessoramento e assistência composta de oficiais para os quais essa não era sua missão principal nem sua *expertise*. Todos os dias eles tinham de tomar decisões sobre como e onde investir seu tempo e recursos finitos, uma situação que poderia ser atenuada, ao menos em parte, pela existência de um oficial de Assuntos Políticos, cuja responsabilidade diária deveria ser a de organizar o que, de outra forma, seria um esforço *ad hoc* e aliviar parte do

problema de sobrecarga de tarefas para outros oficiais de estado-maior.

A Brigada também foi limitada por uma série de outros fatores, em particular restrições sobre o número de efetivos no teatro de operações e a incapacidade de atuar fora das bases de operações avançadas. O ambiente operacional também foi complicado pela presença de muitas outras agências governamentais dos EUA e da coalizão, assim como muitas facções dentro do governo e aparato de segurança iraquianos. A BCT reconheceu, rapidamente, que obter informações contextualizadas sobre a região e sobre o Iraque especificamente seria algo fundamental para a consecução de sua missão de adestramento e assessoramento. Buzzard explica:

Sem esse contexto e entendimento, várias unidades poderiam ter facilmente provocado, sem querer, um problema de longo prazo ao buscarem uma solução aparentemente lógica no curto prazo. Dada a complexidade do ambiente operacional, a Brigada priorizou uma perspectiva de “missão em primeiro lugar” acima de preocupações com linhas de autoridade, composição de meios ou quem receberia o crédito — a 3ª/82ª BCT adotou uma abordagem de “equipe única”⁹.

Apesar dessa postura de “missão em primeiro lugar”, algumas missões eram conflitantes, e as unidades adjacentes, comandos superiores e subordinados e colegas no estado-maior da brigada não dispunham de processos sofisticados para avaliar a infinidade de interesses das partes envolvidas. Os interesses de várias partes, tanto internas quanto externas à área de operações imediata da BCT, tinham influência sobre a área de operações e sobre a tomada de decisão relativas ao emprego do poder de combate. Essa não é uma acusação contra algum indivíduo ou comando — pelo contrário, é uma observação de que a estrutura do estado-maior da grande unidade de emprego do Exército, a BCT, não foi adaptada para enfrentar o mutável ambiente do campo de batalha e não é a mais adequada para operar e aplicar a força letal e não letal em meio a grandes populações de não combatentes. São enumeradas a seguir operações que requerem as habilidades de um oficial de Assuntos Políticos:

- ◆ adestramento da força de segurança de uma nação anfitriã;
- ◆ aparelhamento da força de segurança de uma nação anfitriã;

- ◆ assessoramento e assistência à liderança política e militar de uma nação anfitriã sobre o emprego de sua força;

- ◆ condução de fogos letais e não letais em apoio à manobra terrestre da nação anfitriã.

As BCT não serão capazes de equilibrar efetivamente essas missões táticas com suas consequências estratégicas a menos que nossa estrutura de estado-maior e gestão de talentos sejam adequadas para preencher a lacuna descrita anteriormente. Portanto, a função de oficial de Assuntos Políticos da brigada deveria ter a seguinte descrição:

Um oficial designado para o estado-maior da BCT será responsável por fazer recomendações táticas ao comandante da brigada com base em uma análise das influências governamentais sobre o adestramento, aparelhamento e emprego das forças de segurança da nação anfitriã. Essa recomendação deverá incluir a avaliação do oficial sobre dados oriundos de múltiplas fontes e, uma vez aprovada pelo comandante da brigada, poderá ser utilizada para gerar produtos que apoiem as equipes de assessoramento e assistência no escalão batalhão em sua avaliação das forças parceiras. Igualmente importante, um foco nesse tipo de análise das forças de segurança da nação anfitriã ajudará a proporcionar ao comandante da brigada um entendimento correto das capacidades das unidades em adestramento, possibilitando melhores decisões sobre o emprego em apoio a todos os aspectos das operações terrestres urbanas.

As seguintes tarefas-chave devem ser atribuídas ao oficial de Assuntos Políticos de brigada:

- ◆ Entender a filiação partidária, obrigações jurídicas e ciclo eleitoral dos líderes políticos da nação anfitriã;
- ◆ Identificar líderes informais ou da oposição que não façam parte do governo (por definição, o engajamento com os principais líderes só nos permite interagir com os vencedores do processo democrático, ainda que eles não representem mais que 51% de uma determinada população);
- ◆ Acompanhar os resultados políticos e a formulação de políticas de vários governos interessados e

avaliar seu possível impacto sobre a capacitação da força de segurança da nação anfitriã.

A finalidade de formalizar essa função de estado-maior é institucionalizar o capital intelectual dentro da BCT da mesma forma que já nos concentramos em desenvolver a expertise tática e operacional de nossos comandantes de companhias e oficiais superiores. Curiosamente, o Exército já conta com um universo de oficiais que poderiam suprir essa deficiência imediatamente. Já concluíram estudos de pós-graduação em instituições civis; muitos já tiveram seus trabalhos publicados nos campos de ciência política e emprego da força; e todos demonstraram sucesso como oficiais intermediários e subalternos no nível tático.

Antes da efetuação de quaisquer mudanças no quadro de organização e dotação modificado, um programa piloto permitiria que o Exército e comandantes de BCT testassem esse conceito. Oficiais que lecionam no Departamento de Ciências Sociais da Academia Militar dos EUA já têm passado o período de verão incorporados em unidades desdobradas em missões no exterior para prover esse apoio. A Cel Cindy Jebb, diretora do Departamento de Ciências Sociais, passou o verão de 2015 trabalhando junto ao Escritório de Cooperação em Segurança – Iraque, na Embaixada dos EUA em Bagdá. O departamento considerou modos de enviar mais um oficial para apoiar o comandante do componente terrestre da força conjunta no Iraque outra vez, durante o verão de 2016.

Além disso, durante o verão de 2015, atuei como oficial de Assuntos Políticos da 3ª BCT, fornecendo ao comandante da Brigada uma análise regional e política sobre as principais partes envolvidas no Iraque e sobre as influências dos EUA nas decisões e recomendações sobre a formulação de políticas. Essa análise se apoiava na participação de engajamentos com líderes principais todos os dias, sendo disseminada mediante um relatório diário, que capacitava comandantes, oficiais de estado-maior e soldados até o nível de pelotão a entenderem as questões políticas relevantes às suas operações e a explorarem esse entendimento em sua missão de assessoramento e assistência. Buzzard crê que suas missões de capacitação de parceiros e de assessoramento e assistência poderiam ser melhoradas se ele e sua equipe designassem um oficial de estado-maior para gerar um entendimento político da nação anfitriã e parceiros de coalizão da 3ª BCT; apesar da extrema



importância do entendimento político, até mesmo no nível tático, o Exército não lhe concedeu um oficial dedicado a essa tarefa¹⁰.

O êxito dessa “prova de conceito” despertou o interesse de vários comandantes de brigada, que desejam aumentar o entendimento de suas unidades com respeito aos seus ambientes operacionais e sua capacidade para cumprir suas missões. Para que o Exército realmente se beneficie da criação de um cargo de oficial de Assuntos Políticos, é preciso que ele também gere valor agregado para a organização da BCT no aquartelamento ou durante o treinamento em sede, e não sirva apenas para atender a uma necessidade de uma missão na área de operações. As lições aprendidas durante a preparação e emprego da 3ª BCT ajudam a entender como as possíveis funções de um oficial de Assuntos Políticos de brigada poderiam contribuir para o adiestramento pré-desdobramento. Buzzard descreve o foco do adiestramento pré-desdobramento de sua brigada da seguinte forma:

Ao receber a missão, a BCT teve de conduzir sua rápida análise; havia poucos fatos e muitas pressuposições sobre essa missão

Participante de simulação no papel de um governador provincial afegão aborda questões de segurança com comandantes de brigada durante exercício de engajamento com líderes em 11 Jun 12, no National Training Center, Fort Irwin, Califórnia. Esses engajamentos se beneficiam muito da presença de oficiais treinados e experientes em Assuntos Políticos. (Foto do Sgt Christopher M. Gaylord, Exército dos EUA)

em evolução. Antes de mais nada, a Brigada implementou, ativamente, um programa de desenvolvimento de líderes que explorou, inicialmente, a Security Force Assistance Advisor Team (SFAAT) Academy (Academia de Equipes de Assessoramento e Assistência a Forças de Segurança), localizada no Centro de Adiestramento e Aprestamento Conjunto. Seu programa de instrução constituiu um excelente “curso de fundamentos” sobre as tarefas de assessoramento e assistência, renovou o entendimento da unidade sobre nuances culturais do Iraque e representou um ótimo ponto de partida para a análise da missão¹¹.

Em um cenário ideal, o oficial de Assuntos Políticos poderia fornecer esse tipo de “curso de fundamentos”

na sede, utilizando o programa de instrução da SFAAT Academy como base e acrescentando contextos regionais específicos oriundos de várias fontes, incluindo o meio acadêmico. Esse tipo de treinamento na sede possibilitaria que o rodízio da unidade no centro de adestramento servisse como um exercício de certificação.

Além dos programas de treinamento existentes, Buzzard ampliou sua preparação pré-desdobramento de modo a incluir outros recursos não tradicionais focados no desenvolvimento profissional de líderes:

O Cel Joel Rayburn, autor de *Iraq After America*, fez uma apresentação para os principais oficiais sobre seu recente livro e pesquisa sobre a Operação *Iraqi Freedom*. Suas informações sobre a mudança institucional política e militar no Iraque desde que as forças norte-americanas deixaram o país foram extremamente úteis, e seus contatos com especialistas que a BCT aproveitaria mais tarde, durante o desdobramento, foram igualmente importantes. Além disso, a BCT recebeu o Combating Terrorism Center (Centro de Combate ao Terrorismo), da Academia Militar de West Point, que compartilhou seus materiais mais recentes sobre o Estado Islâmico e ofereceu perspectivas valiosas sobre a política em Bagdá e a retirada das forças iraquianas em 2014. A BCT também convidou o Negotiations Project, da Academia Militar, e conduziu um seminário sobre o desenvolvimento de estratégias de negociação para os comandantes da BCT¹².

Um oficial de Assuntos Políticos em tempo integral poderia desenvolver e implementar esse tipo de treinamento não convencional e inovador. O oficial atuaria junto ao oficial de operações da brigada para equilibrar esse treinamento adequadamente com outros treinamentos obrigatórios e pré-desdobramento.

Por fim, o Exército não precisa fazer isso sozinho. Uma abordagem do governo como um todo, que utilize os parceiros interagências, também poderia ajudar a preencher essa lacuna. Uma adaptação do programa de equipes de reconstrução provincial do Departamento de Estado dos EUA, de modo que se passasse a incorporar funcionários do serviço de relações exteriores nas BCT do Exército, poderia ser explorada como um programa piloto para melhorar a

estrutura organizacional, a capacitação de parceiros e a efetividade em assessoramento e assistência das unidades. Outra opção seria que o Exército enviasse seus oficiais de Assuntos Políticos a um curso civil de pós-graduação, seguido de uma designação junto a um parceiro interagências, como o Departamento de Estado. Isso possibilitaria a esses oficiais servir em uma embaixada como integrante da “equipe de país” de um embaixador ou na sede do Departamento de Estado, a fim de entenderem como as seções político-militares integram as perspectivas de seu país específico nos objetivos de política externa dos EUA. Conforme afirmei em um artigo para o site *Task and Purpose*: “Os EUA já têm experiência com reformas do setor de segurança, tendo publicado doutrina para definir o relacionamento entre o Departamento de Estado, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional e o Departamento de Defesa. Segundo a doutrina, essas agências são incumbidas de trabalharem juntas para prover esforços de reforma voltados às instituições, processos e forças que forneçam segurança e promovam o Estado de Direito em uma nação anfitriã”¹³.

A ampliação desse esquema de modo a incorporar especialistas civis em um exercício final de adestramento de uma BCT e em suas missões reais poderia constituir uma outra opção para melhorar a eficiência e eficácia das BCT desdobradas na condução de operações em parceria. Embora isso não vá expandir o capital intelectual dentro do Exército, seria uma forma de aproveitar os conhecimentos de servidores públicos de carreira, que possivelmente têm um melhor entendimento de cultura e política.

O risco para o programa de apoio interagências está na falta de experiência de civis com respeito às operações táticas do Exército. A vantagem de treinar um bem-sucedido comandante de companhia em uma especialização adicional se encontra em sua capacidade de entender e integrar os Assuntos Políticos nas funções de combate existentes, como fogos e manobra.

Embora eu acredite que minha próxima função será um retorno a um batalhão de infantaria tático, o que ficou evidente no tempo que passei com a 3ª BCT foi que, para serem realmente excepcionais, as decisões táticas nos escalões batalhão e companhia precisam estar fundamentadas em um entendimento político, estratégico e cultural da nação anfitriã; nos interesses de outros atores governamentais e

não governamentais; e em um maior conhecimento de outros elementos do poder nacional que apoiem a estratégia geral dos EUA. Conforme afirmou o ex-Comandante do Exército Raymond Odierno: “Hoje temos [...] a oportunidade de estudar e recomendar mudanças à organização de nossa brigada de combate [...] É essencial que essa formação vital de combate mantenha a superioridade sobre as ameaças híbridas em evolução dos ambientes operacionais do futuro”¹⁴.

Uma forma de realizar isso é criar uma função no estado-maior da BCT que seja responsável por analisar e entender o contexto político e as políticas dos governos parceiros e partes envolvidas que afetem as forças de segurança parceiras da nação anfitriã. ■

As opiniões expressas neste artigo são do autor e não refletem as da Academia Militar dos EUA, Departamento do Exército ou Departamento de Defesa.

O Major Adam Scher, do Exército dos EUA, é o subcomandante do 1º Batalhão, 508º Regimento de Infantaria Paraquedista. Serviu, anteriormente, como professor assistente junto ao Departamento de Ciências Sociais da Academia Militar dos EUA, em West Point. Formou-se pela Academia Militar dos EUA em 2004 e pela Escola de Assuntos Internacionais e Públicos da Columbia University em 2013. Veterano de várias missões no Iraque e no Afeganistão, serviu, mais recentemente, como oficial de Assuntos Políticos junto à 3ª Brigada, 82ª Divisão Aeroterrestre, no Iraque, em 2015.

Referências

1. Adam Scher, “Political Advisors: Harnessing the Soft Power of Brigade Commanders”, *Military Review* 90, no. 1 (January-February 2010), acesso em 19 set. 2016, http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/MilitaryReview_20100228_art013.pdf.
2. 10 U.S.C. §§ 101-18506 (2015); 22 U.S.C. §§ 1-9308 (2015). O Title 10, U.S. Code, descreve o papel das Forças Armadas dos EUA. O Title 22 descreve o papel de interações e relações exteriores.
3. James E. Cartwright, “Best Military Advice”, *Strategic Studies Quarterly* 9, no. 3 (September 2015): p. 14–15.
4. Army Doctrine Reference Publication 5-0, The Operations Process (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, May 2012), p. 1-7, acesso em 19 set. 2016, <http://www.apd.army.mil/Search/ePubsSearch/ePubsSearchDownloadPage.aspx?docID=0902c851800123fe>.
5. *Ibid.*, p. 1-8.
6. Um quadro de organização e dotação modificado é um documento que autoriza a organização e dotação de equipamentos para cada unidade do Exército.
7. Michelle Tan, “Army BCT Cuts, Reorganization Coming as Service Loses 40K More Soldiers”, *Army Times*, 25 December 2015, acesso em 7 jan. 2016, <http://www.armytimes.com/story/military/2015/12/25/army-bct-cuts-reorganization-coming-service-loses-40k-more-soldiers/77167510/>.
8. Andrew Tilghman, “DoD Plans to Send More Officers to Civilian Grad Schools”, *Military Times*, 20 August 2015, acesso em 19 set. 2016, <http://www.militarytimes.com/story/military/benefits/education/2015/08/20/graduate-school-proposals/32063579/>.
9. Curtis Buzzard, Comandante da 3ª BCT, 82ª Divisão Aeroterrestre, e-mail ao autor, 22 fev. 2016.
10. *Ibid.*
11. *Ibid.*
12. *Ibid.*
13. Adam Scher, “The Problem with Iraqi Security Forces Isn’t Just an Unwillingness to Fight”, Task and Purpose website, 1 December 2015, acesso em 19 set. 2016, <http://taskandpurpose.com/Che-problem-with-iraqi-security-forces-isnt-just-an-unwillingness-to-fight/>.
14. Raymond Odierno, “Association of the United States Army (AUSA) Winter Symposium speech” (AUSA Winter Symposium, Fort Lauderdale, FL, 24 February 2012).